II Simpósio Nacional de Gestão e Engenharia Urbana

ABORDAGEM SISTÊMICA, ESCALAS E INTERSETORIALIDADE:
DESAFIOS E POTENCIAIS DO DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Cidades equalitárias: como um urbanismo pautado em gênero pode proporcionar sustentabilidade ¹

Equal cities: how gender-based urban planning can provide sustainability

Camila Parachini F. Borin ¹; Eduardo Meireles ²;

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG, *campus* de Passos, Minas Gerais, Brasil, camilaparachini@gmail.com

² Doutor e Mestre em Engenharia Urbana pela Universidade Federal de São Carlos, professor e membro permanente do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da Universidade do Estado de Minas Gerais-UEMG, eduardo.meireles@uemg.br

RESUMO

Desigualdade de gênero e o consumo imoderado de recursos naturais são problemas de grande importância atualmente. O cenário que abrange grande parte desses problemas ainda é o urbano. O objetivo deste trabalho é associar as relações de gênero, problemas urbanísticos e sustentabilidade ambiental, de forma que as saídas a serem buscadas possam ser interseccionais nesses três campos, otimizando o tempo e recursos gastos na solução destes problemas. Para relacionar as três problemáticas acima citadas, realizou-se uma pesquisa exploratória de publicações com os seguintes termos: "urbanismo sustentável", "urbanismo feminista", e "ecofeminismo", na tentativa de elucidar os motivos que estreitam as relações das mulheres com a sustentabilidade no meio urbano. As intersecções encontradas acabaram por transcender várias temáticas como governança, participação, meio ambiente e mobilidade, com destaque para as especificidades das mulheres no contexto urbano. As diferentes necessidades de mobilidade e aparato urbano para as mulheres, o importante nicho de consumo que elas representam, e sua crescente participação econômica, foram pontos chave destacados neste trabalho para que sejam considerados na construção de políticas públicas urbanas, em busca de cidades mais sustentáveis, equalitárias e justas.

Palavras-chave: Urbanismo, Gênero, Ecofeminismo, Sustentabilidade

ABSTRACT

Gender inequality or natural consumption of natural resources is a problem of great importance at present. The scenery that covers most of these problems still be the urbane. The objective of this work is associating the relationships of gender, urban problems and

---

¹BORIN, Camila; MEIRELES, Eduardo. Cidades equalitárias: como um urbanismo pautado em gênero pode proporcionar sustentabilidade. In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE GESTÃO E ENGENHARIA URBANA: SINGEORB, 2019, São Paulo. **Anais...** Porto Alegre: ANTAC, 2019.

environmental sustainability, so that will be possible to be intersected by three fields, optimizing or temporizing resources and solving problems in these areas. In order to relate the three mentioned problems, an exploration of publications with the following terms has been carried out: "sustainable urbanism", "feminist urbanism", and "ecofeminism", in an attempt to elucidate the reasons that narrow women's relations with sustainability in the urban environment. The intersections found ended up running several themes such as governance, participation, environment and mobility, with emphasis on the specifics of women in the urban context. The different mobility needs and urban apparatus for women, the important consumption niche they represent, and their increasing economic participation were key points in this work so that they could be considered in the construction of urban public policies, in search of more sustainable cities, equalitarian and just.

Keywords: Urbanism, Gender, Ecofeminism, Sustainability

1 INTRODUÇÃO

As definições de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável se tornaram conhecidas após a publicação do Relatório de Brundtland, em 1987 (FARIA, 2014; MANSANO, 2016). Entretanto, para alguns autores, estes conceitos ainda tão novos já são passíveis de revisão: Faria (2014) nos alerta que para além da tríade do desenvolvimento sustentável, o olhar crítico ao meio ambiente deve ater-se também a outros conceitos como ao espaço urbano, contexto político e cultural.

Ainda no viés do tripé sustentável, com o respaldo de Ferre (2015), não há como definir sustentabilidade sem adentrar em democracia, já que para decidir como e o quê preservar, é necessária a deliberação coletiva. Entretanto, mulheres e outros grupos minoritários², foram alijados dos processos decisórios nos últimos séculos (MIES; SHIVA, 1998), dificultando o progresso da democratização das cidades, e consequentemente, da sustentabilidade.

No espaço urbano em particular, apesar de existirem alguns esforços³ para a produção de cidades mais sustentáveis, entraves para esta prática permanecem: conflitos urbanos latentes, interesses dos capitais que produzem a cidade⁴, e outros.

Voltando à relação com o meio, e à sustentabilidade ambiental propriamente dita, ainda para Ferre (2015) historicamente, o androcentrismo seria uma das causas da destruição ambiental, visto que o modelo de masculinidade difundido usualmente relaciona exploração e domínio desenfreados com virilidade e sucesso.

Não há aqui a intenção de situar o dolo ambiental no gênero, mas sim pontuar graus de responsabilidade. Mais do que o gênero, as posições econômico-sociais dominantes das pessoas que ocupam postos de liderança científica, industrial, e política é que trazem para o todo esta lógica predatória e exterminista. A crise ecológica produzida por certos grupos humanos foi gerada por anos de objetivos econômicos ávidos, buscando um padrão de consumo inacessível para a maioria da população do planeta (PULEO, 2010; SHIVA, 2018).

Por isto e pelas projeções de durabilidade dos recursos disponíveis⁵, se faz urgente um reconsiderar de posturas humanas e administrativas. A interseccionalidade dos âmbitos urbano, antrópico e ambiental guia a seguinte hipótese, de que o urbanismo produzido visando a diminuição da desigualdade de gênero pode ser o catalisador dos índices de

---

² Grupos que se encontram em situação de assimetria social: negros, indígenas, homossexuais, imigrantes e outros.

³ Desde a criação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2003), houve significativa melhora da legislação acerca do espaço urbano, como criação de planos diretores, leis de parcelamento e zoneamento do solo, etc.

⁴ Shimbo, (2016) lista os vários capitais da produção urbana: o Estado e suas instituições; os agentes financeiros como proprietários de terra, construtoras, investidores internacionais; e a produção em si, como fornecedores de materiais e insumos e a mão-de-obra do setor de construção civil.

⁵ O Dia de Sobrecarga da Terra (Earth Overshoot Day, em inglês), é calculado desde 1969 pela organização internacional sem fins lucrativos Global Footprint Network (GFN). Em 2018 a data limite foi 1º de agosto.

sustentabilidade urbana e inclusão das mulheres de forma mais justa e igualitária, promovendo assim a melhoria dessas três esferas simultaneamente.

2 A CIDADE PARA AS MULHERES E AS MULHERES PARA A CIDADE

Segundo Maricato (2015), a cidade é palco de interações humanas, sociais, de reprodução de capital e de conflitos. Já para Lefebvre (2001) a cidade é obra e é também festa. Sendo assim, a cidade é o espelho do comportamento humano e vice-versa (SEGAUD, 2016) e as relações sociais devem ser enxergadas dentro do contexto urbano, principalmente quando se pretende torná-las mais igualitárias (HARVEY, 2012), o que nos traz de volta ao cenário das desigualdades de gênero. Existem poucas abordagens especificamente voltados para a inserção social e territorial das mulheres, e a reforma urbana em sua proposta tradicional, dificilmente reverterá por completo essa situação (CYMBALISTA, CARDOSO, *et al.*, 2008).

Mas por que mulheres também são esquecidas na cena urbana? Valdivia (2018, p. 68) pontua que “a exclusão das mulheres do espaço público se apoia na divisão sexual do trabalho e se materializa em uma configuração dos espaços centrada em experiências e necessidades masculinas”.

Existe uma sobrecarga sobre as mulheres, diretamente relacionada à distribuição do espaço urbano. À medida em que são as principais responsáveis pelos afazeres da esfera dos cuidados (trabalho doméstico, gestão dos filhos e idosos) acabam sendo mais afetadas pela precariedade dos equipamentos públicos como creches, escolas, postos de saúde. Também são as principais prejudicadas pela iluminação pública deficiente, já que estão sempre em condição de maior vulnerabilidade ao transitar pelo espaço urbano, podendo experimentar situações de assédio e estupro, seja a pé ou no transporte público. Há ainda o viés de classe, pois são também as mulheres pobres, na maioria negras, quem tem o menor acesso à propriedade da terra (CYMBALISTA, CARDOSO, *et al.*, 2008).

Pautadas essas questões, fica evidente que a mulher vivencia o espaço urbano de forma bastante específica. Contudo essa diferenciação geralmente não é trazida para os debates do planejamento urbano, pois ainda existem fatores estruturais que dificultam o acesso da mulher às esferas decisórias. Reverter este quadro participação desigual se faz urgente para a mudança desta perspectiva (CYMBALISTA, CARDOSO, *et al.*, 2008).

3 SUSTENTABILIDADE, ECOFEMINISMO E PROGRESSÃO

Embora não seja o cenário ideal, é difícil negar que atualmente as mulheres são as principais responsáveis pelos trabalhos inerentes à reprodução. Como mencionado, o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos são ainda realizados em maior parte pelas mulheres (CYMBALISTA, CARDOSO, *et al.*, 2008), portanto deve-se considerar que elas também são as maiores responsáveis por ensinar valores éticos como empatia e sustentabilidade, pois reprodução quase sempre implica permitir que o outro exista não só fisicamente, mas afetiva e moralmente (VALDIVIA, 2018). Logo, ao promover políticas públicas de inclusão e conscientização para mulheres, promove-se também uma expansão da harmonia social e da cidadania. Isso posto, a seguir relacionamos alguns motivos pelos quais políticas urbanas com recorte de gênero podem ter relação intrínseca com sustentabilidade.

Primeiramente, temos que reconhecer o valor e o impacto qualitativo e quantitativo das atividades de cuidado que se passam no espaço público, como fazer compras, cuidar das crianças, acompanhar idosos aos hospitais: todas essas implicam em escolhas de consumo e necessidade de mobilidade urbana. (VALDIVIA, 2018)

São as mulheres que realizam a maior parte das compras em todas as esferas: compram itens de alimentação e consumo básico, itens de limpeza e vestuário, portanto são grandes responsáveis pela escolha de marcas, cabendo a elas a decisão de optar por empresas sustentáveis, produtos orgânicos, etc. Consequentemente, para as mulheres também são voltados os maiores esforços de *merchandising*, propagação de padrões de consumo excessivos, campanhas publicitárias; e isto está diretamente ligado à sustentabilidade e às

idades. Não existe consumismo fora do urbano, assim como não existe consumismo sustentável.

Aqui, devemos considerar a importância do pensamento ecofeminista na vertente construtivista, ao apresentar que a socialização das mulheres e as responsabilidades atribuídas ao seu gênero com a divisão sexual do trabalho, as levam a interagir com o meio de maneira mais próxima à natureza, favorecendo a consciência ecológica. (SILIPRANDI, 2000)

Em se tratando da mobilidade urbana, existem características da mobilidade feminina mais intrincadas, devido às suas múltiplas responsabilidades e menor acesso a veículos particulares. Segundo a análise de Valdivia,

[...]elas realizam movimentos poligonais (diferentemente dos homens que os fazem pendulares), são os principais usuários do transporte público, encadeiam mais viagens e viajam por uma variedade maior de razões, fazem viagens mais curtas - e a maioria no contexto residencial acompanhando outras pessoas que não têm autonomia pessoal. Embora se movam mais, sua mobilidade é limitada pela dependência das necessidades de outras pessoas e pelos horários dos serviços públicos. Essa redução em sua mobilidade reduz seu acesso ao emprego e a outras atividades como o lazer⁶ (VALDIVIA, 2018, p. 73).

Assim, deve-se considerar esses padrões (com suas particularidades em cada local) para promover nas políticas urbanas um incentivo à diversificação do uso dos espaços e adensamento urbano, diminuindo as distâncias a serem percorridas para obtenção dos serviços básicos, trazendo qualidade de vida às mulheres e uma mobilidade mais ecológica.

Outro ponto é a organização de associações de mulheres autogestionárias, como hortas urbanas e economia solidária, que são essencialmente sustentáveis e desenvolvidas no espectro das cidades. Essas práticas são normalmente realizadas por mulheres, em parte devido à crescente responsabilidade financeira, em parte devido à dificuldade de acesso ao crédito pelas mesmas. Porém, além da complementação de renda, estas atividades promovem um intermédio entre o privado e o público, criando espaços de deliberação coletiva, podendo ser inclusive uma forma de acesso aos lugares de fala por quem ainda os possui (GUÉRIN, 2005).

Por fim, temos a relação estreita entre pesticidas, o êxodo rural e os problemas suburbanos. O uso intensivo de pesticidas aflige a saúde, especialmente das mulheres em fase reprodutiva. Com a ampliação do uso de pesticidas, os trabalhadores rurais foram expulsos para os subúrbios das cidades e neste contexto, como já considerado, mulheres com baixa renda e escolaridade têm as maiores dificuldades de acesso à terra e serviços urbanos (PULEO, 2010)

4 CONCLUSÕES

A participação da mulher nos espaços de gestão das cidades é um direito⁷ que precisa ser garantido por ações afirmativas e políticas públicas (CYMBALISTA, CARDOSO, *et al.*, 2008). O feminismo e o ecofeminismo almejam a garantia deste e de outros direitos, porém o ecofeminismo agrega ainda a preocupação com a sustentabilidade ecológica e social (FERRE, 2015). Conhecer a trajetória das mulheres nas cidades permitirá implementar melhorias através de políticas públicas urbanas com recorte de gênero e ainda promover sustentabilidade social e ambiental. (CYMBALISTA, CARDOSO, *et al.*, 2008)

Delineando, pode-se promover o adensamento de regiões e reduzir a demanda por transporte público otimizando a localização e o desempenho de equipamentos urbanos, como escolas e creches. Priorizar o uso misto da cidade, sem reservar espaços exclusivamente industriais ou turísticos, evitando pontos de poluição acentuada e necessidade de grandes deslocamentos. A aplicação de multas e punições aos proprietários que abandonam imóveis

---

⁶ Traduzido livremente pelos autores

⁷ Fundamentado no Estatuto das Cidades, Lei 10.257/200, art. 2º, parágrafo I. c/c art. 5º, I Constituição Federal

pode também interferir nos deslocamentos urbanos e na segurança das mulheres, já que esses imóveis subutilizados podem ser antros de estupros e assaltos (CYMBALISTA, CARDOSO, *et al.*, 2008).

As cooperativas de mulheres devem ser incentivadas, garantindo-se o acesso ao crédito desburocratizado, pois estas proporcionarão à população bens de consumo mais sustentáveis ecológica e economicamente e auxiliarão também na distribuição de renda para mulheres (CYMBALISTA, CARDOSO, *et al.*, 2008).

Blanca Valdivia, em seu estudo sobre cidades cuidadoras, propõe uma nova forma de organização urbana colocando pessoas, e não o patrimônio, no centro das decisões espaciais. Nesta configuração, além de ambicionar que pessoas estejam mais seguras, não há o domínio de veículos motorizados e o uso abusivo destes dos espaços públicos, produzindo altos níveis de poluição e acidentes. (VALDIVIA, 2018)

Enfim, objetivar um planejamento urbano efetivo, democrático e inclusivo, pode iluminar não só o olhar de gênero nas futuras revisões como também ser sustentável.

REFERÊNCIAS

BRUNDTLAND, G. H. *et al.* **Our common future** (Report of the World Commission on Environment and Development). Nova York, Organização das Nações Unidas. 1987.

CYMBALISTA, R. *et al.* Plano Diretor Participativo e o Direito das Mulheres à Cidade. In: COLETIVA, A. **Ser, Fazer e Acontecer - Mulheres e o Direito à Cidade**. Recife: SOS Corpo– Instituto Feminista para a Democracia, 2008. p. 170.

FARIA, J. H. Por uma Teoria Crítica da Sustentabilidade. **Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 2-25, jan-jun 2014.

FERRE, F. L. **Ecofeminismo, Democracia e Sustentabilidade**. XII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. Santa Cruz do Sul: CEPEJUR. 2015. p. 17.

GUÉRIN, I. **As mulheres e a economia solidária**. Tradução de Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. 143 p. p.

MANSANO, S. R. V. Espaço urbano, natureza e relações sociais: por uma sustentabilidade afetiva. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 49-59, jan-abr 2016. ISSN 1980-6906. Acesso em: 19 abril 2019.

MARICATO, E. Para Entender a Crise Urbana. **CaderNAU-Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas**, Rio Grande, 8, 2015. 11-22.

MIES, M.; SHIVA, V. El saber propio de las mujeres y la conservación de la biodiversidad. In: _____. **La praxis del ecofeminismo: biotecnología, consumo y reproducción**. Barcelona: Icaria Editorial, v. 128, 1998.

PULEO, A. H. Mujeres por un Mundo Sostenible. **Dossiers Feministes**, v. 14, p. 09-19, 2010.

SEGAUD, M. **Antropologia do Espaço: Habitar, Fundar, Distribuir, Transformar**. Tradução de Eric R. R Heneault. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016. 312 p. il. p.

SHIMBO, L. Sobre os Capitais que Produzem Habitação no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 105, p. 119-133, julho 2016.

SHIVA, V. Sembrando el Futuro y la libertad, una semilla a la vez. **Revista de La Universidad de México**, v. 1, p. 68-74, Janeiro 2018.

SILIPRANDI, E. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 61-71, jan-mar 2000.

VALDIVIA, B. Del urbanismo androcéntrico a la ciudad. **Hábitat y Sociedad**, Sevilha, v. 11, p. 65-84, novembro 2018. ISSN 2173-125X.